

A INSERÇÃO TRANSVERSAL DO TURISMO NAS AULAS DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO

José Arilson Xavier de Souza

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA - Sobral/CE)
arilsonxavier@yahoo.com.br

Lenilton Francisco de Assis

Prof. Ms. de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú
UVA - Sobral (CE)
lenilton@yahoo.com

RESUMO

Este artigo discute as relações entre o Turismo e o Ensino Médio de Geografia. A partir de uma breve revisão bibliográfica são propostos seis eixos temáticos para inserir o Turismo nas aulas de Geografia.

Palavras-chave: Geografia; Ensino de Geografia; Turismo; Geografia do Turismo; Ensino Médio.

THE TRANSVERSAL INSERTION OF THE TOURISM IN THE LESSONS OF GEOGRAPHY OF HIGH SCHOOL

ABSTRACT

This paper discusses the relationships between Tourism and Geography Teaching to Secondary School. The research makes a soon bibliographical revision and it proposes six thematic axles to insert the Tourism in Geography classes.

Key Words: Geography; Geography Teaching; Tourism; Touristical Geography; High School.

INTRODUÇÃO

O Turismo é um tema ainda pouco discutido nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental (SALES, 2004) e do Ensino Médio (SOUZA, 2005). Nesta última fase da Educação Básica, temas como Globalização, Urbanização, Fragmentação, Modernização da Agropecuária e as Questões Ambientais têm predominado nos sumários dos principais livros didáticos de Geografia. Estes conteúdos também são os mais trabalhados em sala de aula, pois diversas pesquisas confirmam que o livro didático ainda é a grande referência para os professores.

Sem ignorarmos a importância dessas temáticas, podemos ressaltar que, hoje, o Turismo reivindica uma atenção especial da Geografia escolar, devido à expansão que apresenta e aos impactos sócio-espaciais ocasionados.

Partindo destes pressupostos, o presente artigo defende uma maior relação entre o Turismo e o Ensino Médio de Geografia. Para tanto, o dividimos em três partes: inicialmente, discorreremos sobre

a Geografia Crítica escolar e o seu papel no Ensino Médio. Na seqüência, abordamos as interfaces entre o Turismo e o ensino de Geografia. E, ao final, apresentamos algumas propostas para inserir, transversalmente, o Turismo nos conteúdos de Geografia do Ensino Médio.

A Geografia Crítica e a Crítica da Geografia escolar no Ensino Médio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, ao considerar o Ensino Médio como a última fase da Educação Básica buscou ampliar e aprofundar os conhecimentos adquiridos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, preocupando-se que os alunos tenham uma preparação para o trabalho e para a cidadania, sejam autônomos, críticos, éticos e com flexibilidade de pensamento.

Essa nova LDB tentou superar um Ensino Médio tecnicista que, no Brasil, foi marcado pela “dualidade estrutural” (KUENZER, 2001), ou seja, pelo atendimento às necessidades de uma divisão social e técnica do trabalho segmentada em duas instâncias: uma regida para a formação profissional e a outra para uma educação geral.

Tratava-se de um ensino profissionalizante moldado pela produção taylorista/fordista, na qual prevaleciam as escolas técnicas típicas da segunda Revolução Industrial, quando os Estados Unidos se tornaram hegemônicos no mundo.

A pedagogia escolar de então destinava uma formação para a elite e outra para as classes menos favorecidas. Falava-se até em educação para os ricos e educação para os pobres, havendo uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais e instrumentais.

Neste período, a Geografia praticamente não sobrevive, em virtude de seu caráter “tradicional” e “decoreba”. Fazia-se uma Geografia de descrição e enumeração de cidades, dos tipos de relevo, da população e da economia dos lugares. Prevaleciam as aulas expositivas, em que o professor “repassava” conceitos já prontos, cabendo aos alunos memorizá-los.

Não interessava à Geografia da época proporcionar ao aluno uma reflexão sobre o mundo, as desigualdades do seu lugar, as relações sociedade-natureza que faziam parte da sua realidade. Predominava a idéia de que se devia aprender uma profissão na escola (VESENTINI, 2004) e, sendo assim, a Geografia era uma disciplina sem “serventia prática”, que se estudava apenas para “decorar”.

Em quase todo o mundo, a Geografia foi abolida do currículo escolar ou teve uma expressiva diminuição da sua carga horária, através da criação dos “Estudos Sociais”. Estes englobavam, de forma resumida e acrítica, os conteúdos de História, Geografia e Sociologia. Na época, dava-se maior ênfase às disciplinas como Matemática, Ciências e algumas outras profissionalizantes.

Todavia, o pós-segunda guerra mundial veio redimensionar o mundo, levando a Geografia a passar por uma crise diante do seu “engajamento político”. Sua inserção na escola fica, então, comprometida.

O embate entre Possibilismo e Determinismo aponta “novos” caminhos, surgindo, a princípio, a Nova Geografia e, posteriormente, a Geografia Crítica. No final da década de 1970, a Geografia Crítica se transforma na nova “bandeira” do ensino de Geografia, buscando o desenvolvimento da criatividade, da criticidade, de atitudes e habilidades do educando, em prol de uma cidadania plena. O fundamental passa a ser o estudo da realidade espacial do aluno, dos problemas da sua época e do seu mundo.

Dentre os autores, eventos e instituições que contribuíram para este processo de renovação (POSTUSCHKA, 2002), destaca-se o lançamento, em 1976, do famoso livro-manifesto de Lacoste (1988), *A geografia – isso serve em primeiro lugar pra fazer a guerra*. Esta obra impulsionou um repensar sobre o papel social da Geografia produzida no Brasil.

No âmbito escolar, Vesentini (2004, p. 225) ainda acrescenta a importância do trabalho de “[...]”

centenas, talvez milhares de professores de geografia no ensino médio ou até no fundamental que inovavam as suas lições – inclusive buscando subsídios na economia, na sociologia, na história, no marxismo e, principalmente, nas lutas sociais de suas épocas/lugares [...]”.

O desenrolar da Terceira Revolução Industrial (técnico-científica) e da Globalização influenciou nas mudanças que ocorriam no mundo da educação e, em especial, no ensino de Geografia. Os avanços tecnológicos da informática, dos meios de transporte e comunicação passaram a ser responsáveis por uma maior inter-relação entre os povos e lugares, por novos estilos de vida, por uma redefinição de valores e da própria escola.

A “Globalização Perversa” (SANTOS, 2000) torna o mundo cada vez mais complexo, propiciando um renovado interesse pela Geografia, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Prova disso é que os Estados Unidos e o Brasil extinguiram os Estudos Sociais e aumentaram a carga horária dessa disciplina, após perceberem a necessidade de uma reformulação curricular, diante do crescimento econômico apresentado por outros países (VESENTINI, 2004).

A Geografia escolar que se defende nos dias atuais é aquela que permita ao aluno compreender a espacialidade dos fenômenos nas suas múltiplas dimensões escalares (local, regional, nacional e global). Vesentini (1995, p.10) ainda esclarece que o ensino da Geografia no século XXI “[...] deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza (sem embaralhar uma dinâmica na outra), deve realizar constantemente estudos do meio (para que o conteúdo ensinado não seja meramente teórico ou ‘livresco’ e sim real, ligado à vida cotidiana das pessoas) e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas e paisagens”.

Um ensino de Geografia crítico, socioconstrutivista, não consiste somente num novo conteúdo, mas também numa mudança de técnicas e/ou estratégias pedagógicas (CAVALCANTI, 2002). Deve, por sua vez, desenvolver as potencialidades do aluno, seu raciocínio lógico, sua inteligência emocional, sua capacidade de aprender a aprender, de construir, de pesquisar e de buscar autonomia para o enfrentamento de problemas reais do dia a dia.

Porém, apesar dos esforços e avanços, o método tradicional ainda persiste em diversas salas de aula de Geografia (KAERCHER, 2002). Muitas das propostas da Geografia Crítica não conseguem superar os muros da academia e chegar à escola. O fato é que ainda vivemos um processo de transição de uma Geografia escolar tradicional para uma crítica.

No Ensino Médio, esta mudança é ainda mais “lenta”, já que os ranços da “dualidade estrutural” e da Geografia Tradicional também persistem. O vestibular impõe grandes desafios à criação efetiva de um “Novo Ensino Médio” que consiga preparar o aluno para o trabalho e para a vida. Esse exame massacrante e padronizado faz com que as escolas e professores (por pressão dos pais e dos próprios alunos) deixem de lado a formação para a cidadania e direcionem os ensinamentos para o treino, a repetição, a “decoreba” de fórmulas, equações, paródias e “bizús” que não despertam o senso crítico dos alunos.

Embora o Governo Federal tenha criado, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como uma alternativa à revisão e à substituição gradativa dos vestibulares, estes ainda predominam como o principal meio de ingresso nas universidades brasileiras.

Na verdade, o ENEM integra um “pacote” de medidas, elaborado pelo Governo Federal junto com as Secretarias de Educação Estaduais, que objetivava implantar, em 1997, o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse programa centrava sua atenção, sobretudo, em aumentar o ingresso e a conclusão de alunos no Ensino Médio, através de investimentos na construção e reforma de prédios escolares, na instalação de bibliotecas, laboratórios de informática, biologia, física, etc. (KRAXCZYK, 2004).

Outra medida importante para mudar o Ensino Médio no Brasil foi a criação, em 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), os quais se inseriam no contexto das políticas neoliberais da educação brasileira (SOUSA NETO, 2003). Os PCNEM visavam a uma reforma curricular e metodológica, através do desenvolvimento de “novas” competências e

habilidades.

No entanto, Lopes (2004, p. 200) ao analisar as propostas dos PCNEM adverte que “com o *slogan* de que a ‘escola agora é para a vida’, reduz-se vida ao atendimento das exigências do trabalho no mundo globalizado, ao contexto no qual são aplicadas as competências”.

Depreende-se, assim, que a formação do estudante para o mercado de trabalho ainda é um dos principais objetivos do Ensino Médio brasileiro, malgrado a “relutância” de velhos problemas (como a formação dos professores; a identidade dos jovens, o mercado de trabalho, a violência e as drogas; a falta do livro didático; a política curricular; a gestão democrática da escola, etc.) que ficaram subjacentes no programa de expansão do novo ensino médio.

Nessa trajetória do Ensino Médio no país, a Geografia segue tentando se consolidar como uma disciplina crítica e significativa para o aluno.

Conforme os PCNEM, o papel da Geografia é propiciar “[...] a análise do real, revelando as causas, os efeitos, a intensidade, a heterogeneidade e o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade” (BRASIL, 1999, p.311). Baseada nessa acepção, a prática de ensino de Geografia deve assegurar atividades de aprendizagem que permitam ao aluno a compreensão do lugar e do mundo onde vive (CALLAI, 1999; 2000).

Dentre estas atividades, destacamos aqui a discussão do Turismo e dos seus impactos territoriais, pois este ainda é um tema preterido pela Geografia escolar.

O Turismo sob a perspectiva da Geografia escolar

Durante muito tempo, a agricultura e a indústria foram as principais atividades econômicas responsáveis pela (re)organização dos espaços. A produção fordista em série modificou a relação cidade-campo, atraindo, assim, a atenção dos geógrafos para a urbanização. Grande parte dos estudos geográficos brasileiros, até meados dos anos de 1970, privilegiou a análise do campo e, especialmente, da cidade.

O setor terciário (no qual se insere o Turismo) era considerado um segmento parasitário e improdutivo da economia que não merecia atenção científica. Seguindo, então, a praxe acadêmica, a Geografia negligenciou o estudo do Turismo até este apresentar expressivo crescimento na década de 1980.

Dado as mudanças em curso na Geografia, o Turismo vem ganhando destaque nesta disciplina, fomentando um amplo campo de investigação que já conta com uma significativa produção de livros, trabalhos e eventos científicos.

O centro de interesses da Geografia pelo Turismo, de uma forma geral, está nas formas, nas dinâmicas e nas representações das paisagens derivadas do exercício das atividades turísticas e nas diferenciações areais ou regionais, que estimulam a atividade turística, ou que se criam, por conta da função turística (BARROS, 1998, p. 8).

Entretanto, não se deve confundir a Geografia do Turismo com a Geografia turística (REJOWSKI, 1998). A primeira busca realizar uma reflexão geográfica do Turismo nas suas múltiplas dimensões; enquanto a última está preocupada em simplesmente repassar informações descritivas dos lugares.

Rodrigues (1997, p. 76) afirma que “o turismo, da maneira como vem sendo abordado na Geografia, é um fenômeno que, pela sua abrangência e numerosas modalidades de expressão, constitui um tema de estudo, sob o qual se pode ascender a um discurso geográfico unitário, superando-se a prolapada dicotomia sociedade x natureza”.

Apesar do crescimento da Geografia do Turismo, seus estudos ainda se concentram nos ambientes acadêmicos. A discussão no meio escolar precisa ser mais intensificada, especialmente, nos diversos lugares do litoral brasileiro onde o Turismo já é a principal atividade econômica responsável por uma série de impactos locais (positivos e negativos).

No Ensino Fundamental e Médio de Geografia, torna-se imprescindível que o professor possa construir situações-problemas com os alunos que demonstrem o quanto o Turismo é uma atividade capitalista que apresenta as suas contradições. Ele nem é uma maldição, nem uma benção.

Os estudantes precisam estar atentos para os discursos dos agentes sociais do Turismo (o Governo, os empresários e a sociedade civil), pois eles revelam interesses e ideologias distintas. “Daí, para uns, o turismo ser uma panacéia e, para outros, comparável a um furacão devastador” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 3602).

Como o Turismo não é uma temática freqüente nos livros didáticos e nas provas de Geografia dos vestibulares, é provável que a sua discussão provoque algumas resistências por parte dos alunos e dos próprios professores.

É fato que muitos docentes de Geografia não analisaram as relações entre Turismo e espaço durante as suas formações. No entanto, o bom professor deve estar atento às novas tendências de sua área de ensino, atualizando as suas metodologias, conteúdos e recursos de aprendizagem.

Vale esclarecer que, ao defendermos uma maior relação entre a Geografia escolar e o Turismo, não visamos à formação de “pequenos turismólogos” ou de “pequenos geógrafos” (FILIZOLA, 2004). Nosso intuito é de contribuir para uma prática de ensino de Geografia pautada nas realidades dos lugares e do mundo dos alunos, que ajude a formar cidadãos influentes, críticos e participativos.

Assim sendo, acreditamos que há enormes possibilidades de inserção do Turismo nas aulas de Geografia do Ensino Médio.

A inserção transversal do Turismo no Ensino Médio de Geografia: algumas contribuições

Muitas são as interfaces do Turismo com o Ensino de Geografia. Alguns temas geográficos do Ensino Médio (tais como a Questão Ambiental, as Grandes Paisagens Naturais, a Pluriculturalidade Brasileira, a Geopolítica Mundial, as Relações de Trabalho e de Consumo, entre outros) possibilitam um tratamento transversal do Turismo.

Esta abordagem não pressupõe que o Turismo se torne o foco central das aulas de Geografia, até porque estamos cômnicos de que esta atividade necessita de análises interdisciplinares na prática escolar em que sejam estabelecidas “[...] interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência” (BRASIL, 1999, p. 36).

Portanto, cabe ao professor, no momento do seu planejamento, procurar construir parcerias com outras disciplinas que possibilitem ao aluno compreender o Turismo na sua totalidade.

É provável que as sugestões aqui explicitadas apresentem melhores resultados nos lugares onde há uma atividade turística em ascendência ou já formalizada. Porém, isso não impede a adaptação a outros espaços e contextos.

Desse modo, propomos abaixo seis eixos temáticos para provocar o debate e a inserção do Turismo no Ensino Médio de Geografia. Preferimos não “amarrá-los” a conteúdos específicos para não coibirmos a autonomia e a fantástica capacidade dos professores de (re)construir, de (re)aprender e de (re)adaptar o conhecimento às diversas situações e locais de aprendizagem.

O Turismo e as transformações das paisagens

A paisagem é um dos principais atrativos turísticos que revela o patrimônio histórico e natural dos lugares. A análise das suas transformações permite ao aluno compreender a dinâmica espacial do Turismo e comparar com outros lugares conhecidos.

Nessa atividade, é fundamental que os alunos identifiquem as diferenças do conceito de paisagem para o Turismo e para a Geografia, já que nesta ciência, a paisagem não se restringe

às formas belas, exóticas e paradisíacas dos espaços.

A realização de aulas de campo, o uso de fotografias, postais e vídeos são essenciais para destacar as paisagens e como estas são “maquiadas” pelo Turismo. A observação e a análise da paisagem também devem estar associadas aos cuidados com a preservação ambiental, à preocupação com a sustentabilidade dos ecossistemas e da própria atividade turística.

O Turismo e a economia local

O Turismo é uma atividade incidente sobre os três setores da economia que são frequentemente estudados nas aulas de Geografia. Por isso, faz-se necessário questionar em qual destes setores o turismo se enquadra e por quê? Quem mais lucra com esta atividade? Quais as benesses trazidas às comunidades anfitriãs? Quais os efeitos no comércio e na oferta de serviços básicos locais?

O Turismo vem sendo considerado por muitos governos como a salvação para a economia de seus lugares, uma vez que favorece a criação de muitos empregos, tanto diretos, quanto indiretos (embora muitos desses sejam sazonais e informais).

No entanto, é preciso “descortinar” os discursos apologéticos do Turismo e a sua visão redentora. Os alunos precisam investigar como se dá a composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos seus municípios e analisar os impactos econômicos do Turismo, sobretudo, na perspectiva da distribuição de emprego e de renda (e não apenas no montante de receitas geradas).

A partir do levantamento de dados estatísticos, da aplicação de questionários e de entrevistas com comerciantes, prestadores de serviços e a comunidade, os alunos podem perceber que as atividades tradicionais como a agricultura, a pesca, o extrativismo e até mesmo a indústria devem ser estimuladas juntamente com o Turismo para que se tenha uma economia diversificada, que não fique a mercê da sazonalidade dos fluxos de visitantes.

Impactos sociais, culturais e ambientais do Turismo

O aumento da oferta de emprego, a melhoria dos serviços, a divulgação do local na mídia, a chegada freqüente de visitantes, são alguns dos efeitos positivos esperados com a difusão do Turismo. A face negativa desse processo é pouco divulgada. A concentração de riquezas, a segregação social e espacial, a descaracterização cultural, a especulação imobiliária, o aumento da violência, o confronto entre turistas e moradores nativos e o chamado “Turismo sexual”, são alguns dos problemas mais expressivos desencadeados e/ou acelerados por intermédio do Turismo.

Além disso, não podemos deixar de destacar a degradação provocada pelo Turismo no Meio Ambiente, já que este representa a matéria-prima dessa atividade. É válido debater “os impasses e as perspectivas do turismo sustentável” (ASSIS, 2003), provocando os alunos para que indiquem medidas de preservação ambiental.

Os docentes podem pesquisar as diversas modalidades de Turismo (Ecológico, Rural, Cultural, Comunitário, Turismo de Negócios, Turismo de Eventos, Turismo de Sol e Praia, etc.) e avaliar quais atendem melhor aos preceitos da sustentabilidade.

Técnicas interessantes para trabalhar estas questões em sala de aula são a dramatização e o júri simulado, nos quais o professor e a turma idealizam personagens que mostrem a realidade (positiva e negativa) das localidades afetadas pelo Turismo.

Os fluxos do Turismo mundial

A investigação sobre os maiores centros emissores e receptores de turistas (conhecendo um pouco de suas geografias) é um “caminho” para identificar os fluxos do turismo mundial.

A consulta à internet é um recurso interessante (seja na escola, em casa ou nos *cyber cafés*), já que existem diversos sítios (como o da Organização Mundial de Turismo – OMT; do Ministério do

Turismo do Brasil; das Secretarias Estaduais de Turismo, dentre outros) que disponibilizam estatísticas e avaliações sobre a expansão do turismo no mundo.

A partir do levantamento das informações, pode-se trabalhar com o auxílio de mapas para localizar os países mais visitados e os que emitem mais turistas. É possível ainda analisar as escalas dos mapas e calcular as distâncias entre os principais centros do turismo mundial, discutindo também os meios de transporte mais utilizados nestes países.

Outro ponto interessante para debater com os jovens é questionar como, na nova ordem mundial, alguns países subdesenvolvidos (México, China, Indonésia, Brasil etc.) vêm conseguindo ascender no competitivo mercado do Turismo. Os atrativos naturais e a valorização da maritimidade em muitos países tropicais são argumentos para instigar as discussões.

Em escala nacional, é possível investigar as regiões brasileiras, comparando suas diversidades, particularidades e ofertas turísticas.

As políticas públicas do Turismo

Partindo da realidade local, os alunos podem ser orientados a avaliar as ações e as políticas públicas do Turismo de seus municípios, correlacionando o desenvolvimento gerado com a qualidade de vida da população.

A análise dos planos, programas e projetos municipais, estaduais e federais (como o Plano Nacional do Turismo - 2003/2007, o Programa de Desenvolvimento para o Turismo no Nordeste - PRODETUR-NE, o Programa de Regionalização do Turismo, etc.) é uma alternativa para os alunos perceberem o que, de fato, vingou e o que fracassou.

A atitude esperada com esta atividade é o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos sobre as políticas públicas de Turismo e sobre os seus representantes eleitos.

A organização de um seminário com a presença do prefeito ou do secretário de turismo pode ser programada, envolvendo a escola e a comunidade.

Mapeando os pontos turísticos

O estudo dos pontos ou “produtos” turísticos do município é um trabalho que pode ser inserido em diversas aulas de Geografia do Ensino Médio. Inicialmente, é importante que os alunos sejam levados a questionar o porquê destes lugares terem sido “eleitos” como pontos turísticos? Quais os seus atrativos?

Neste momento, o aporte geográfico da análise dos aspectos naturais (clima, relevo, vegetação, solos e hidrografia) e humanos (população, formação étnica, cultura local, atividades econômicas, etc.) ajudará os estudantes a identificarem o potencial turístico local.

A realização de aulas de campo é um procedimento fundamental para os alunos fazerem a relação teoria-prática e aguçarem a percepção investigativa. Nesta atividade, os alunos também podem tirar fotografias e elaborar croquis com legendas próprias que lhes ajudem a desenvolver as habilidades cartográficas.

Para complementar o mapeamento dos pontos turísticos, é possível que os jovens também realizem um breve levantamento da oferta turística de seus municípios, destacando as opções de hospedagem existentes, os serviços de entretenimento e de alimentação, as operadoras e agências de viagens, a central de informações turísticas, etc.

Os serviços básicos de uso turístico (como energia elétrica, água, saneamento, coleta e disposição de resíduos sólidos, telefones, etc.) também podem ser investigados para saber se há sobrecarga nos períodos de alta estação.

Os resultados destes trabalhos podem culminar em murais e apresentações que exponham para a escola e a comunidade os potenciais e as deficiências do Turismo local.

Considerações Finais

Antes de conclusivas, as contribuições aqui apresentadas buscam provocar o debate sobre as relações entre o Turismo e o Ensino de Geografia. Há uma necessidade de aproximar a Geografia do Turismo “acadêmica” da Geografia escolar. Além disso, acreditamos que o Turismo pode ser inserido nos diversos conteúdos das ciências que formam o currículo do Ensino Fundamental e Médio.

Por isso, consideramos desnecessária a criação de uma “matéria” obrigatória de Turismo na Educação Básica (como vem ocorrendo em alguns municípios brasileiros).

Nas aulas de Geografia do Ensino Médio, a inserção do Turismo pode ajudar a quebrar a ditadura do vestibular que perdura, nas escolas brasileiras, em detrimento de uma formação para a cidadania. O importante é que os professores organizem situações de aprendizagem que contextualizem o Turismo com a realidade vivida e concebida dos estudantes, levando-os a refletir, criticamente, sobre os impactos (positivos e negativos) e as contradições espaciais dessa atividade.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. **Revista da casa da Geografia de Sobral**. v. 4/5. n. 1. Sobral - CE: UVA, 2003.

BARROS, Nilson C. Croácia de. **Manual de geografia do turismo**. Recife: UFPE, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no ensino médio. **Terra Livre**, n. 14. jul., 1999.

_____. Estudar o lugar para compreender o mundo: In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; SILVA, Sylvio B. M. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.

FILIZOLA, Roberto. Turismo e educação: uma perspectiva geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 8., **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2004. 1CD.

KAERCHER, Nestor André. O gato comeu a Geografia Crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

KRAWCZYK, Nora. A escola média: um espaço sem consenso. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

LOPES, Alice Casimiro. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

REJOWSKY, Miriam. **Turismo e perspectiva científica**. Campinas: Papirus, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SALES, Airlés Maria Melo. **Aportes do ensino de Geografia para o Turismo**. 2004. 54 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral-CE, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. As atuais políticas educacionais no Brasil e os seus impactos no currículo básico de Geografia. **Revista da casa da Geografia de Sobral**. v. 4/5. n. 1. Sobral - CE: UVA, 2003.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **O Turismo no Ensino Médio de Camocim (CE) e as possibilidades de maior inserção nas aulas de Geografia**. 2005. 64 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral-CE, 2005.

VESENTINI, José William. **O ensino de Geografia no século XXI**. Caderno Prudentino de Geografia (17). Presidente Prudente: AGB, Jul.1995.

_____. Realidades e perspectivas do ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI, José William (Org.) **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2004.